

“QUEM CONHECE, APROVA” - MARCAS DISCURSIVAS NAS PROPAGANDAS DO GOVERNO FEDERAL SOBRE O “NOVO” ENSINO MÉDIO

*Anderson de Carvalho Pereira*¹
UESB

*Rívia de Jesus Santos*²
UESB

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal tomar como foco de análise os discursos, permeados nas propagandas veiculadas, a respeito da Reforma do Ensino Médio. Através do aporte teórico da análise do discurso pecheutiana, analisamos a materialidade discursiva presente no *corpus*, formado por três propagandas da reforma do Ensino Médio, divulgada pelo Governo Federal.

Palavras chave: Análise do Discurso; Paráfrase; Polissemia; Reforma do Ensino Médio.

Introdução

Reforma indica restauro, reparo, como se houvesse dano em algo a ser consertado. Este lugar do sentido é resultado de uma conjuntura histórica que tenta transformar o complexo e multifacetado âmbito da Educação em um objeto, ou mesmo uma mercadoria. Vejamos a definição do dicionário de reforma: “reforma f. *Acto* ou *efeito* de reformar. Forma nova. Reformar v. t. Dar nova forma a. Mudar a forma de. Modificar. Melhorar. Organizar novamente” (p.1725). Nesse sentido, a palavra reforma no contexto da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, medida esta, que institui a política de implementação de escolas do Ensino Médio em tempo integral, se apresenta como algo novo, ou seja, uma mudança, uma alteração do aspecto, da forma da aparência do que já tem constituído do modelo educacional de nível médio.

O artigo tem como objetivo analisar genéricos discursivos veiculados em meio à denominada “reforma do Ensino Médio”. Uma das questões é problematizar de que forma os sentidos distribuídos em torno desses genéricos (resultantes de lugares pré-construídos, e do interdiscurso) ratificam uma evidência ideológica e um lugar sujeito a uma matriz de sentido

¹ Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (Itapetinga-BA) e do PPG em Educação (Vitória da Conquista-BA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

filiada a um reparo, ao restauro de algo que já foi “bom” na Educação brasileira. Restauro este, por sua vez, que parece mobilizar uma cadeia parafrástica afim aos dizeres sobre volta da “ditadura”, volta do “regime militar”, etc.

A discussão sobre a reforma do Ensino Médio iniciou com o Projeto de Lei (PL) 6840/2013, visando instituir a jornada em tempo integral e a organização dos currículos em áreas do conhecimento. Em 22 de setembro de 2016 é homologada a Medida Provisória (MP) 746/2016 e em 16 de fevereiro 2017 a Lei nº 13.415 é sancionada passando a instituir a Política de implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral.

A partir do estranhamento desta marca lingüístico-discursiva, do que foi “bom” construímos um dispositivo teórico-analítico (metodológico) para tratar da questão.

Dispositivo teórico-analítico

Ao estranhar um lugar do “já dito” e indagar sobre se haveria um efeito de novidade em torno do sentido de “reforma do ensino médio” tal como propagandeada atualmente pelo Governo Federal, mobilizamos conjuntamente os conceitos teóricos da Análise de Discurso pecheutiana (doravante AD). Em meio a esta proposta de “reforma”, destacamos a circulação maciça do enunciado “quem conhece, aprova”. É deste que partiremos para interpretar uma cadeia de sentidos implícitos subjacentes a um lugar para o “Ensino Médio” e o sujeito-aluno da reforma, cadeia esta a partir da qual vemos construir-se um lugar no imaginário para esta etapa do ensino e outros lugares do imaginário em sua relação de produção de interpretação no simbólico, a saber: as relações com o Capital e trabalho; a qualificação de mão-de-obra; a ilusão de escolha e liberdade na formação profissional, etc.

Deste modo, demos início à consolidação de nosso dispositivo teórico-analítico. É o dispositivo teórico-analítico que guia o analista de discurso (pesquisador) em meio a suas indagações sobre a natureza e a construção do sentido tendo em vista a estrutura e o acontecimento da língua (cf. Pêcheux, 1997).

Em Pêcheux (1993), é a proposta de desalinhar a questão do nome como centro, como referenciada no constituidor de um pensamento sobre a língua que sustenta a operação discursiva do conceito de pré-construído. É este conceito que permite tratar da “articulação de enunciados, implicação de propriedades, efeito de sustentação (p. 105)”. Desta maneira, não é mais o produtor de sentidos que está em jogo, mas um lugar, sujeito à interpretação, constitutivo e constituinte do sentido que resulta da concomitância “de absurdo e de evidência” e de um “retorno do estranho no familiar” (p. 155).

Em meio a um jogo de natureza política com o sentido, desta maneira, uma “forma-sujeito do discurso” (p. 159) emerge do mascaramento de evidências de que X é X (expressão nossa) e do mascaramento do “caráter material do sentido” (p. 159). O dispositivo em questão se relaciona ao reconhecimento da materialidade dos fatos, compreendendo que o sentido do discurso sempre abre a possibilidade para o deslize, para o equívoco, (ORLANDI, 2001).

É por este ocultamento do já dito que o interdiscurso, esse “todo complexo com dominante” (PÊCHEUX, 1993, p. 162) do que pode e deve ser dito indica um lugar, uma possibilidade de interpretação, por meio de um panfleto, uma arenga, um sermão (exemplos do autor) e, também por um slogan de propaganda governamental, que também permite um lugar de identificação eficaz, tanto em sua base material quanto em seu alcance político.

Este lugar de identificação no caso da “reforma” do Ensino Médio, nos remete a períodos anteriores da história da educação do país e também nos sinaliza a mobilização de lugares já ditos, como a reformulação do Ensino Médio ocorrida em 1971, com o mesmo caráter de novidade, de liberdade, mas que na verdade se constituía numa educação voltada para interesses do mercado. As reformulações emergem com o ideário de singularidade, novidade, ruptura com um modelo anterior, mas que oculta sentidos e reforça espaços do dizer ao camuflar contradições e transparecer consenso.

O efeito de pré-construído e o interdiscurso permitem paráfrases. A paráfrase conforme Orlandi (2001) é entendida como matriz do sentido, espaço dizível que carrega marcas linguísticas, mas a paráfrase lida frequentemente com o processo de polissemia que é a fonte do sentido, o que caracteriza a multiplicidade do dizer. Estes dois processos são determinantes para o funcionamento da linguagem. Isto porque o “sentido está sempre em curso” (ORLANDI, 2001, p. 11). E por estar em curso requer uma pontuação do analista (pesquisador) em torno de um rumo do sentido em cima do qual será feita a análise filiada à questão inicial. Afinal, cabe questionar: quem aprova? De que lugar discursivo? Filiando-se a qual lugar do sentido? Quais mecanismos de evidência do sentido são mobilizados?

Formação do *corpus* de análise

Como já deve ter ficado claro pela apresentação do referencial teórico-metodológico utilizado, em AD teoria e análise não se separam. Porém, faz-se necessário junto da apresentação inicial do dispositivo teórico-analítico mobilizado desde o início da formulação

das questões iniciais e do caminho de análise percorrido neste trabalho indicar alguns pontos decisivos de inserção desta disciplina de entremeio no discurso científico.

Por se tratar de uma disciplina de interpretação, herdeira de um arranjo de acontecimentos epistêmicos, contemporâneos à noção de regularidades discursivas foucaultiana, à Nova História, e ao Estruturalismo francês, um período áureo também à Psicanálise lacaniana, a AD estuda os “fenômenos discursivos, inerentes ao registro da fala e do texto” e os articula ao alcance maior da “leitura e da interpretação” (PECHEUX, 2014, p. 227); isto porque “essa aproximação da intertextualidade, e de forma mais geral, do interdiscurso como condição da produção e da interpretação dos discursos pode contribuir com o estudo dos *efeitos de mudança* que afetam a circulação dissimétrica e desigual dos enunciados, suscetíveis de se juntarem em fórmulas produtoras de eventos históricos” (p. 229, grifos do autor)

De acordo com Tfouni e Pereira (2016, p.14) “para analisar um *corpus*, o analista frente à questão que formula escolhe um conjunto de conceitos com os quais vai trabalhar na análise, para responder à sua questão. Assim o analista monta um dispositivo de análise a partir do conjunto da teoria (dispositivo teórico)”. A noção de *corpus* é fundamentada em Mazière, segundo a autora, ao falarmos em *corpus*, “estamos falando da construção de um dispositivo de observação apto a revelar, a permitir apreender o objeto que ele se dá a tarefa de interpretar” (MAZIÈRE 2008, p. 15). O *corpus* e a análise são constituídos simultaneamente pelo analista para a investigação da pesquisa.

A partir dessas reflexões partimos para a análise de dados mais propriamente. Isto porque pode-se dizer que em AD há um alcance da análise de dados no sentido de “objetos de explicitação de que se serve a teoria discursiva para se construir como tal; os dados são os discursos. Os discursos, por sua vez, não são objetos empíricos, são efeitos de sentido entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis” (ORLANDI, 2001, p. 38).

Análise do Corpus

Os discursos presentes nas propagandas divulgadas pelo MEC, veiculam a ideia de liberdade, vocação e de uma efetivava participação da sociedade nas discussões referente a reforma. Sobre o último aspecto que destacamos, a própria execução de uma MP, contradiz o discurso propagandeado pelos slogans do governo, pois as discussões de uma MP, acabam sendo centralizadas no poder executivo, em torno do parlamento. A ideia de “liberdade” e

“vocação”, estão presentes nas três propagandas veiculadas, sempre dando ênfase ao poder de independência do estudante em escolher o caminho profissional.

Começaremos a análise pelo enunciado “quem conhece, aprova”. Na matriz do sentido deste enunciado, “quem conhece, aprova”, subentende-se que quem não aprova é quem não conhece o modelo do novo Ensino Médio. Se o sujeito não aprova, fica explícito que ele não conhece e, portanto, não pode opinar nas discussões. A análise discursiva do enunciado em AD, permite compreender a ideologia e os efeitos imaginários, para além dos já ditos.

A partir desta análise, chegamos ao vídeo produzido pelo Governo Federal com o intuito de tornar visível a proposta de reforma em questão.

MEC Novo Ensino Médio Vídeo 1:

Atenção, turma! Porque agora é hora de falar de educação. Vocês sabiam que a última avaliação da educação mostrou que o Brasil precisa melhorar muito o Ensino Médio? Isso mesmo. O desempenho dos jovens em matemática e português está menor do que há vinte anos. Duas décadas gente! E hoje já são quase dois milhões de jovens que nem estudam, nem trabalham. Preocupante, né!? A gente precisa virar essa página. Melhorar a educação dos jovens é uma das tarefas mais importantes e urgentes no Brasil. É pra ontem! O novo Ensino Médio vai dar vai mais liberdade para você escolher as áreas de conhecimento, de acordo sua vocação e projeto de vida. Ou ainda optar pela formação técnica, caso queira concluir o ensino e já começar a trabalhar. Acesse o site e participe das discussões. Agora é você quem decide o seu futuro. Ministério da Educação. Governo Federal. Ordem e Progresso.

Figura 1:



(<https://www.youtube.com/watch?v=BWxbenGR-oQ>. Acesso em: 23/05/2017).

Os processos discursivos presentes nessa primeira propaganda mobilizam efeitos do imaginário para os estudantes, transparecendo a suposta ideia de “liberdade”, de

democratização e de participação efetiva dos estudantes no cenário educacional, porém por trás dessa suposta “liberdade”, existe o Estado determinando quais conteúdos são importantes para os estudantes. Nesta propaganda é a professora que fala sobre o Novo Ensino Médio, na qual se apresenta uma mudança no modelo de ensino, rompendo com o paradigma que até então embasara esta etapa de ensino.

No enunciado apresentado na propaganda está presente o efeito de novidade, essa ideia do novo apaga a possibilidade de outras interpretações, não possibilitando pensar nas contradições. Dada as precariedades da escola pública brasileira, quais subsídios os estudantes terão para “escolher” as áreas do conhecimento em seu processo de formação, será efetivamente uma escolha ou serão opções já designadas para o estudante da escola pública? Segundo Orlandi (2001), o Estado atua com o mecanismo coercitivo de individualização, estabelecendo uma falsa consciência de autonomia do indivíduo, porém já existe um dizer institucionalizado operando para determinar o lugar do sujeito.

A reforma está alinhada as relações do trabalho e o Capital, através da preparação da mão de obra para o mercado de trabalho dada as condições de produção e mascara os mecanismos de poder do Estado com a ilusão de liberdade de escolha.

Outro aspecto a se considerar é a ideia de que o estudante é quem decide o seu futuro, mais uma vez a concepção de autonomia tirando a responsabilização do Estado e imputando culpabilização do estudante. O modelo do “novo Ensino Médio” oferece possibilidades para o estudante seguir carreira técnica ou formação acadêmica de acordo com áreas do conhecimento que ele escolher se aperfeiçoar, se o estudante não alcançar êxito não é de responsabilidade do Estado, mas do estudante que não fez uma escolha assertiva. Esses sentidos produzidos objetivam calar conflitos e contradições presentes no novo modelo.

No segundo recorte apresentado, retirado de outra propaganda divulgada pelo Ministério da Educação (MEC), estão presentes alguns efeitos de sentidos que já apresentamos na propaganda anterior; vejamos:

MEC Novo Ensino Médio Vídeo 2:

Aí galera! Vocês já conhecem o Novo Ensino Médio? Essa proposta que tá todo mundo comentando por aí. Sabia que ela foi baseada nas experiências de vários países? Países que tratam a educação como prioridade. E que ela vai deixar o aprendizado muito mais estimulante e compatível com a realidade dos jovens de hoje? Pois é! Além de aprender o conteúdo obrigatório, essencial para a formação de todos e que será definido pela Base Nacional Comum Curricular já em discussão, eu vou ter a liberdade de escolher entre quatro áreas de conhecimento para me aprofundar. Tudo de acordo com a minha vocação e com o que eu quero para minha vida. E para

quem prefere terminar o ensino já preparado para começar a trabalhar, poderá optar por uma formação técnica profissional, com aulas teóricas e práticas. Acesse o site e participe das discussões. Agora é você quem decide o seu futuro. Ministério da Educação. Governo Federal. Ordem e Progresso.

Figura 2:



(https://www.youtube.com/watch?v=P_1iPX6Ui54. Acesso em: 23/05/2017).

Nas propagandas 1 e 2 o efeito de novidade e liberdade estão presentes. Nesta segunda propaganda é o estudante que fala sobre as “novidades” das mudanças no Ensino Médio. A propaganda aborda sobre uma mudança embasada em modelos de ensino de outros países que tratam a educação como prioridade. Ball e Mainardes (2011, p. 13) ao abordarem sobre a formulação de políticas públicas educacionais, destacam que essas são delineadas “sem levar em conta variações enormes de contextos, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais”, os autores ainda destacam a visão de que as políticas se realizam da mesma forma em todos os lugares.

Propomos algumas indagações: ao adotar um novo modelo de ensino, embasado em modelos de outros países, isso deixará o aprendizado mais estimulante para os jovens brasileiros? O contexto de juventude, de contexto educacional, de estrutura escolar, de recursos disponíveis dos países apresentados na propaganda (Coreia do Sul, França, Inglaterra, Portugal, Austrália) não é o mesmo do Brasil? A propaganda tenta homogeneizar experiências de diversos países e equiparar essas experiências com o novo modelo que se implementará no Ensino Médio no Brasil.

O modelo do “novo” Ensino Médio nos remete a uma memória discursiva, ou seja, “um saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2015, p. 29). Notamos nessa ideia de novidade um jogo parafrástico, retomando aos mesmos espaços do dizer, é o já dito com formulações diferentes para o mesmo sentido.

De acordo com Freitag (1979), os primeiros esboços de reformulação do Ensino Médio remetem a 1964 e em 1971 é sancionada a Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. As inovações incorporadas na Lei:

Profissionalização do ensino médio (antigo 2º ciclo do ensino médio) (Art. 4, §§ 1 a 5, Art. 10) garantindo ao mesmo tempo continuidade e terminalidade dos estudos.

Restruturação do funcionamento do ensino no modelo da escola integrada, definindo-se um núcleo comum de matérias obrigatórias e uma multiplicidade de matérias optativas de escolha do aluno. (FREITAG, 1979, p. 92).

Podemos observar que nossa interpretação sobre a suposta inovação trazida no modelo do novo Ensino Médio, utilizando um termo de Ginzburg (1989) tem um caráter “venatório”, ou seja, possibilita uma volta constante ao passado. O discurso contemporâneo revisita e espaços de dizeres anteriores, sob a égide de mudança, de ruptura com aquilo até então posto. A ilusória liberdade dos estudantes parafraseia uma ordenação das formas de controle impostas pelo Estado, colocando a educação a favor de interesses econômicos para a preparação da mão de obra, através da formação técnica profissional, destinando uma educação para a classe dominada e outra para a classe dominante. Mais uma vez a propaganda encerra como enunciado: “Agora é você quem decide o seu futuro”, caso haja um insucesso, o estudante será responsabilizado pelo ônus. O “decidir” esse futuro não seria um caminho já traçado anteriormente, ao colocar este estudante no lugar designado para ele ocupar? Como decidir sobre um futuro já sabido ou que se supõe sabido de forma universal?

O terceiro vídeo, por sua vez, foi o que nos instigou a pensar os discursos permeados sobre a reforma do Ensino Médio inseridos nas propagandas de governo. Nossa indagação se deu através do enunciado “Quem conhece aprova”. Os vídeos anteriores, centraram em enunciados a respeito da preocupação com a educação dos jovens do país e com equiparar a mudança às experiências de outros países, sempre focando na ideia ilusória de “liberdade”. Vejamos a terceira propaganda:

MEC Novo Ensino Médio Vídeo 3:

Novo Ensino Médio. Quem conhece aprova. Eu quero fazer jornalismo.

Eu quero ser professora. É o que eu amo.

E eu, designer de games.

E eu quero um curso técnico para já poder trabalhar.

Com o novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar, de acordo com a sua vocação. É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro.

Quem conhece o novo Ensino Médio aprova! Acesse o site e saiba mais (mec.gov.br). Ministério da Educação. Governo Federal. Ordem e Progresso.

Figura 3:



(<https://www.youtube.com/watch?v=RuF0GYgmrJQ>. Acesso em: 23/5/2017).

O enunciado “Quem conhece aprova” produz um efeito ideológico que remete ao efeito (no imaginário) de unidade. Os gestos interpretativos direcionam a pensar que ao conhecerem o novo Ensino Médio, as pessoas aprovam o modelo; quem não o aprova, ainda não conheceu efetivamente a mudança proposta. Utilizando uma denominação althusseriana (1985), o sujeito é interpelado pela ideologia, produzindo o assujeitamento.

Se “quem conhece, aprova” é porque “quem não conhece, não aprova”. Ocorre que a não aprovação que parte de um desconhecimento do sujeito do conhecimento supõe um sujeito consciente de seus atos e que pactua com o modelo de conhecimento sobre questões do campo da Educação ali naturalizados. Supõe que haja consenso, portanto, problematiza indiretamente um dos pilares da relação entre sujeito e democracia. Um dos pilares da democracia é justamente lidar com a contradição. Desta forma, a suposição de um sujeito que tudo sabe ou deveria saber supõe um tipo de consenso que confere à disputa pelo sentido um viés de interpretação monolítica.

O sujeito tem a falsa ilusão de liberdade, pois a ideologia é materializada na língua, quando o discurso é proferido, língua e ideologia atuam conjuntamente, conforme Pêcheux (2009, p. 146) “a ideologia fornece evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material das palavras e dos enunciados”.

A perspectiva analítica que nos vinculamos para fazer essa análise nos permite pensar a linguagem em sua opacidade, deslize e equívoco. Ocorre que o equívoco é controlado por

meio das formações imaginárias. Se “quem conhece aprova” é porque sabe de escolhas possíveis ali anunciadas e não porque conhece a proposta por meio de uma relação entre parte e todo, de forma integrada a um projeto de governo mais amplo e de relação com políticas públicas do Estado. Desta forma, a materialidade em questão lança o fragmento “eu quero ser (...)”. Desta forma, lança como aposta um campo de possibilidades a ser determinado pela evidência do que o “sujeito é” ou pode “vir a ser”. Aposta no esquecimento número um, no sentido de Pêcheux (1993), ou seja, em uma forma do idealismo subjetivo pela qual se consolida a evidência de estar “sempre-já-aí” (expressão do autor) que corresponda a uma forma universal. Ignoram-se as diferentes condições de possibilidade de ocupar um lugar na sociedade. De forma paradoxal, a possibilidade de escolha que estaria mais afeita a um sujeito liberal retroage com o sentido dominante de “vocação”. O sujeito é o que foi convocado a ser, o que torna impossível uma escolha.

Mas uma vez a propaganda remete a liberdade do estudante em fazer suas escolhas, possibilitando tanto uma formação acadêmica, quanto a formação profissionalizante. Freitag (1979), ao fazer uma análise da estrutura e funcionamento do ensino médio de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, constatou que o ensino profissionalizante era utilizado pelas classes “menos favorecidas”, como um meio para a chegada nas universidades e não como um meio de preparação para o mercado de trabalho. Assim a reformulação do Ensino Médio de 1971, pretendia corrigir distorções, preparando os estudantes de classes dominadas para a profissionalização assumindo diretamente o mercado de trabalho, reservando as vagas das universidades para uma pequena minoria, as classes dominantes. Esse enunciado de escolha neste contexto, nada mais era do que determinar o lugar de estudantes advindos de uma classe mais baixa e estudantes pertencentes a uma elite, ou seja, uma reformulação que pretendia silenciar vozes e calar conflitos. Quando o novo Ensino Médio em vigor hoje, se apresenta com um caráter inovador, remete a dizeres anteriores, nossa memória discursiva ressignifica discursos já conhecidos na história da educação deste país.

O “novo” modelo aparece com uma roupagem filiada a paráfrases cuja função é articular evidências de sentido que convocam o sujeito a um lugar que já estaria em um lugar claro, definido, à espera; naturalizando, que não haveria possibilidades de transformação social. Convocar para ocupar o lugar que lhe é destinado. E aí cabe questionarmos a fragilidade deste “novo” modelo como modo participativo de garantir direitos à Educação com possibilidade de transformação social.

Considerações

Através da formação do nosso *corpus* de análise, observamos nas propagandas veiculadas pelo Governo Federal a presença constante da ideia de “liberdade” de escolha para os estudantes do Ensino Médio.

O processo discursivo presente nas propagandas, produz um efeito de unidade e de consenso a respeito do novo modelo de ensino. Essa ideia de unidade oculta os sentidos polissêmicos presentes nos enunciados. A concepção de novidade, nada mais é do que uma referência a processos anteriores, com o mesmo viés de inovação, participação e ruptura com o modelo vigente. Por meio da análise aqui apresentada podemos defender que a “aprovação” apresentada pelas propagandas do governo não apresentam legitimidade, pois decorrem de gestos de interpretação que supõem um interlocutor ideal que ocuparia um lugar impossível de ser definido por um conhecimento pleno do que viria com uma “reforma”, uma vez também que “reformular” supõe apostar e, portanto, supõe tomar um rumo do qual não se sabe o resultado. Este controle das formações imaginárias, ou seja, do que seria possível de ser entendido e creditado, filia-se às paráfrases e evidências de outras tentativas de reforma que não garantiram uma educação escolar com transformação social.

Portanto em nossa análise investigativa, evidenciamos o caráter parafrástico de pensar “novos” modelos para a educação de ensino médio no país. O “novo” Ensino Médio é um resgate de reformulações anteriores, utilizando sentidos naturalizados para apresentar uma inovação.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1979.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In. C. GINZBURG. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo/SP: Cia das Letras, 1989.

ORLANDI, E.P. **O sentido dominante**: a literalidade como produto da História. In.: E. P.

ORLANDI. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª.ed. Campinas/SP: Pontes. 2001a. 135-147.

ORLANDI, E.P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3^a.ed. Petropolis/RJ: Vozes, 2001.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PECHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2^a.ed. Campinas: UNICAMP. 1993.

PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A análise de discurso na França). In E.P. ORLANDI. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por E.P.Orlandi**. Campinas: Pontes. 2014. 227-230.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; PEREIRA, Anderson de Carvalho. ENTRE O ACONTECIMENTO E A MEMÓRIA: DISCURSOS SOBRE O PAPA FRANCISCO EM CAPAS DE REVISTA DE GRANDE CIRCULAÇÃO. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 11-33, abr. 2017. ISSN 1982-4017. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/4640/3003>. Acesso em: 28 jan. 2019.